

# ENTRE A FOME E O DESESPERO: ANÁLISE BÍBLICO-TEOLÓGICA DE NEEMIAS 5,1-5

*Luiz Alexandre Solano Rossi\**

## **Resumo**

*O livro de Neemias mostra uma intensa crise de fome. No entanto, não podemos reduzir a crise à fome. É possível dizer que a crise de fome vem acompanhada de uma crise de solidariedade. Pobreza e riqueza não são distribuídas isonomicamente entre o povo de Deus. Muitos precisavam vender suas terras e seus filhos para sobreviver enquanto outros viviam com fartura.*

**Palavras-chave:** *Fome. Violência. Solidariedade. Crise. Neemias.*

## **Abstract**

*Nehemiah's book shows an intense hunger crisis. However, we cannot reduce a hunger crisis. It is possible to say that a hunger crisis comes along with a solidarity crisis. Poverty and wealth are not in the same way distributed between the people of God. Many people needed to sell their lands and their children to survive while others lived with abundance.*

**Keywords:** *Hunger. Violence. Solidarity. Crisis. Nehemiah.*

## **1. Introdução**

O período persa é considerado uma época de enorme empobrecimento do povo de Deus. Fome, pobreza e desespero formam uma tríade abominável que persegue homens, mulheres e crianças. Porém, quando falamos em povo, não podemos assumir a expressão em sua generalidade que indicasse, por exemplo, a

\* Professor no Mestrado e Doutorado em Teologia da PUCPR. Pós-doutor em História Antiga (Unicamp) e em Teologia (Fuller Theological Seminary).

totalidade das pessoas que compõem o povo de Deus no período persa. A tríade do mal atinge, sobretudo, aqueles que são vulneráveis e que lutam no limite entre a vida e a morte. E, enquanto muitos lutam interminavelmente contra as forças da morte, outros, muitos outros, fazem o banquete da fartura. Se nas casas desses encontramos vida, nas casas dos demais encontramos a morte fazendo sua macabra ronda.

Tudo se inicia quando o imperador persa, chamado Ciro, torna público em todo o império um edito anunciando uma forma de colonialismo como estratégia de domínio econômico. No livro de Esdras 1,2-4 encontramos um registro desse edito. Mesmo que em suas primeiras palavras encontremos palavras “piedosas” (“Ciro, rei da Pérsia, decreta: Javé, o Deus do céu, entregou-me todos os reinos do mundo. Ele me encarregou de construir para ele um templo em Jerusalém, na terra de Judá”), devemos produzir certa suspeita ideológica, a fim de afirmar que não há gratuidade nos gestos do império. Por trás de cada um dos gestos do imperador Ciro é possível identificar intenções e movimentações de ordem política e econômica.

Haveria, sim, por parte do império, a liberdade religiosa bem como sua promoção. Mas não seria possível confundir liberdade religiosa com qualquer possibilidade de crítica à estrutura imperial. Nessa época, a voz de Deus e a voz do imperador assumem a mesma forma e o mesmo timbre. Palavras e gestos proféticos jamais seriam admitidos. No templo reconstruído a imagem do Deus do êxodo foi reduzida somente a um ponto pálido no escuro.

## **2. Os persas: uma aproximação socioeconômica**

Textos datando dos reinados dos últimos reis persas confirmam um padrão persa de tolerância religiosa e de não interferência nas tradições culturais dos povos conquistados. Entretanto – e isto é essencialmente uma inovação persa –, os templos foram obrigados a pagar taxas em espécie ao império: comida, gado, lã e trabalhadores que eram recrutados regularmente das comunidades do templo que lhes eram subordinadas. Eles deviam ainda fornecer rações de comida aos oficiais locais do Império (LEITH, 2002, p. 285). Certamente que não foi o generoso respeito pelos povos, pelos grupos étnicos e pelas religiões estrangeiras que motivou a política persa. Ao contrário, sua política era guiada por óbvio interesse próprio. Ao reconciliar o poder central com os sujeitos locais, os persas fortaleceram seu império. Os registros históricos também indicam que os civilizados persas eram capazes de destruir santuários e deportar povos predecessores. Uma abordagem mais judiciosa da história do período reconhece tanto a política tirânica quanto a política de tolerância dos persas.

O período persa foi, certamente, um período marcado por um violento processo de dominação e exploração. Todos os povos subjugados tinham que pagar tributo para que o poder persa central pudesse ser mantido. Isso significa que o poder mundial persa, ou a nova ordem mundial, se engajou numa “saudável” exploração do povo subjugado. De acordo com Briant (2002, p. 393), o método usado por Dario para determinar as fronteiras dos distritos e seus respectivos tributos era muito interessante: “por razões administrativas, as nações vizinhas foram reunidas numa só unidade e os povos mais remotos eram considerados como pertencentes a esta ou àquela nação, conforme a conveniência”. Quanto ao tributo, os povos de uma província eram agrupados e contribuía juntos. Um distrito era principalmente uma combinação de povos vizinhos. O princípio de Dario quanto ao tributo era simples: cada comunidade no império tinha que destinar parte de sua produção ao rei dos reis. Isso incluía também povos menos conhecidos, como os habitantes das ilhas do Golfo Pérsico, lugar para onde o rei costumava enviar aqueles que haviam sido retirados de suas casas durante a guerra.

Para Gerstenberger (1996, p. 8), a dependência econômica e política dos judeus, entretanto, não evitava o crescimento de tensões sociais ou o avanço da urbanização e estratificação entre o povo. O que acontecia era bem o contrário: enquanto apenas alguns poucos membros da comunidade cúltica judaica conseguiam acumular fortuna e obter posições influentes, colaborando com os persas, a grande massa da população tinha que se contentar com uma existência pouco instável. Para Briant (2002, p. 810), a elite local tinha ligações fortes com a elite imperial (ou com parte dela). Essa talvez seja uma das razões para a dinastia local e, no geral, os regimes de clientela usufruírem tão longa vida: a autoridade persa ficou, até certo ponto, escondida atrás da tela da pequena nobreza local, que foi incumbida da arrecadação local de tributo e impostos, com a consequência de que qualquer eventual descontentamento por parte dos camponeses se voltava para essa nobreza (como visto em Judá de Neemias). Possivelmente estamos diante de um grupo que representa uma elite econômica e social que pertencia a um círculo muito próximo que gravitava ao redor do centro administrativo persa em Jerusalém.

Estamos diante de comunidades que eram em grande parte economicamente fracas, isto é, famílias que tinham ido à falência, como resultado de pesada carga tributária, ou que corriam o risco de perder sua independência econômica. No início e durante grande parte do período persa, Judá foi o mais pobre, o menos populoso e o mais isolado dos territórios ao redor. Como já foi possível observar, o processo de empobrecimento e de exploração acontecia de forma dupla. A primeira forma de exploração era externa: o Império Persa que dominava a Judeia neste período. A segunda forma de exploração era interna: os ricos comerciantes ligados às famílias dos chefes dos sacerdotes que controlavam o templo e o país. Carter (2003, p. 408) confirma essa situação: “a Síria-Palestina era marcada por

uma economia baseada na vila. Suprimentos agrícolas eram extraídos do campo para sustentar tanto a elite urbana quanto a infraestrutura persa mais ampla”. O povo, de fato, se encontrava numa situação incômoda.

Os moradores da Judeia não tinham nenhuma mina de prata de cuja exploração eles pudessem tirar o dinheiro de prata exigido. Assim, eles tinham que arranjar o tributo exigido a partir da venda de produtos agrícolas excedentes. Orofino (1998) conclui que a economia de Judá era centrada na agricultura de subsistência com excedentes na área de vinho, óleo e produtos pastoris. Sendo uma área de agricultura de subsistência, as famílias geralmente acumulam pouco excedente de produção. Este excedente geralmente garante o plantio da próxima safra e alguma reserva, caso haja uma quebra da futura safra. Devem ainda guardar o necessário para o pagamento das taxas exigidas pelo império. Quase não há comércio e apenas algumas famílias teriam um excedente suficiente para adquirir alguns bens supérfluos. Vivendo neste precário equilíbrio econômico, as famílias dependem muito das condições climáticas favoráveis. Infelizmente, as condições climáticas na Palestina favorecem as quebras de safra, tanto por ausência de chuvas regulares quanto por pragas, tais como os gafanhotos. Apesar destas quebras de safra, a máquina estatal precisa ser mantida. A quebra da safra não significava automaticamente a isenção das taxas e impostos cobrados pelo Império Persa. Assim, quebras de safra geram um consequente empobrecimento. Se a fome tem pressa, o mesmo pode ser dito da fome do império pelos tributos!

Fixou-se, portanto, um imposto básico, em prata, que cada proprietário tinha que pagar ao imperador (Ne 5,4). Todavia, Kippenberg (1988, p. 50) traz à luz uma informação fundamental ao afirmar que, como na Judeia não havia mina de prata, nem uma produção considerável de manufaturados – comparável, por exemplo, à cerâmica da olaria ática –, o peso da administração dos valores recolhidos pelo Estado recaía totalmente sobre os agricultores. Isso significava que os camponeses tinham que diminuir o número de familiares que viviam da renda do campo e se especializar em produtos que davam mais lucro. O que se vendia então era cevada, derivados de oliveira e gado.

O tributo era um mecanismo por meio do qual o Império Persa sugava a vida dos camponeses. Todos os povos que reconheciam a supremacia persa eram obrigados a pagar contribuições em espécie ou em metais preciosos para a autoridade central, sem mencionar os contingentes militares que eles tinham que fornecer em cumprimento a qualquer exigência real. Entretanto, essa relação entre o império e o povo era intermediada pelo templo de Jerusalém. Era o templo o responsável por arrecadar os produtos agropecuários dos camponeses.

Nesse período, o templo vai se tornando o centro econômico, político e religioso do país. Os sumos sacerdotes, que controlavam o templo, com o tempo

vão se tornando mais poderosos. Na verdade, eram eles que executavam a política do Império Persa na Judeia. Uma parte desses produtos era retida no próprio templo e outra parte era vendida para pagar o tributo aos persas. Uma conclusão parece óbvia: essa necessidade premente de vender o produto do campo com o objetivo de obter moedas para o pagamento do tributo, conseqüentemente, levava a agricultura a voltar-se para o mercado. Como mencionamos, deixa-se, portanto, de plantar para a subsistência e passa-se a plantar para o comércio. Desse modo, a bitributação aparece com toda sua força, violência e virulência: tributo cobrado pelo Império Persa e tributo cobrado pelo templo de Jerusalém. Leith (2002, p. 298-299) é essencial para explicar este ponto:

Para o persa, o templo em Jerusalém, assim como os templos em outros lugares, devia contribuir com várias formas do tributo para o estado: receitas, mercadorias e serviços. Os procuradores judeus dos persas que controlavam o templo eram responsáveis por levantar este tributo de uma população local que já lutava para pagar aos persas o dízimo e a coleta anual (Neemias 5). As importantes famílias sacerdotais também administravam os recursos materiais e fiscais que se acumulavam no templo como parte do sistema de sacrifícios. Assim, quem controlava o templo de Jerusalém, também participava de modo significativo da atividade econômica local e usufruía de alta posição social e econômica. Assim como a elite social, a comunidade do templo podia ditar os termos para uma pessoa de fora se candidatar a ser membro de seu grupo e assim, dividir seus privilégios.

### **3. A solidariedade que foge por entre os dedos**

A descrição encontrada no livro de Neemias 5,1-5 revela um conflito social extremamente duro, refletindo um grito de e por justiça das mulheres contra seus irmãos judeus, caracterizados por uma profunda inconsciência social. A dor da fome, a visão dos filhos e filhas sendo escravizados e a dívida que aumentava se intensifica quando se percebe que a totalidade dessas tragédias vem acompanhada da ausência completa de solidariedade daqueles que deveriam se comportar como irmãos. Afinal, não se pode esperar solidariedade da política imperial. Impérios nascem e se desenvolvem a partir da conquista e dos corpos de milhares de vítimas que são mortalmente subjugadas; mas o que dizer da solidariedade entre irmãos?

O povo pobre, sobretudo as mulheres, começou a protestar fortemente contra seus irmãos judeus. Uns diziam: “Fomos obrigados a vender os nossos filhos e filhas para comprar trigo, e assim comer e não morrer de fome”. Outros diziam: “Passamos tanta fome que precisamos hipotecar nossos

campos, vinhas e casas para conseguir trigo”. Outros ainda: “Tivemos que pedir dinheiro emprestado, penhorando nossos campos e vinhas, para podermos pagar os impostos ao rei”. Pois bem! Nós somos iguais aos nossos irmãos, e nossos filhos são como os filhos deles! Apesar disso, somos obrigados a sujeitar nossos próprios filhos e filhas à escravidão. Algumas de nossas filhas já foram reduzidas à escravidão, e não podemos fazer nada, pois nossos campos e vinhas já pertencem a outros (Ne 5,1-5).

As mulheres pobres de um povo pobre protestavam porque tinham que vender seus filhos como escravos para poder comer e tinham que hipotecar seus campos e vinhas para pagar o tributo real. O grito das mulheres pobres ecoa na história o grito fundante por libertação dos escravos no Egito. Elas, assim, atualizam a teologia do êxodo a partir do sofrimento causado pela dor da fome. Se o alimento já não existe, a voz do protesto é construída como a principal narrativa que busca a superação da miséria. Assim, o sujeito historicamente oprimido torna-se um sujeito que assume seu próprio discurso.

Trata-se, sem dúvida, de um período de grande miséria do povo como até então não se conhecia. Porém, o texto é muito claro ao indicar que há dois ambientes sociais e econômicos, ou seja, os gritos das mulheres pobres alcançavam os ouvidos de uma elite que vivia muito bem mesmo com a presença do império! A aristocracia da classe dirigente de Judá possuía, certamente, um projeto político-econômico, que representava os interesses do império.

A fim de bem entendermos o conflito socioeconômico que se estabeleceu entre o povo de Deus, gerando de um lado fome, dívida e escravidão e, de outro lado, fartura e bem-estar, se faz necessário algumas reflexões econômicas, que são baseadas na belíssima pesquisa de doutorado de Francisco Orofino.

O salário de um dia de trabalho, em toda a área mediterrânea ocupada pelos persas, era em torno de um quarto de siclo de prata. Ou seja, cerca de três gramas de prata ao dia. Mais tarde esta quantia foi padronizada numa moeda grega chamada dracma. Dados econômicos abrangendo os reinados de Xerxes e de Artaxerxes I mostram que no território persa o salário de um trabalhador ligado às terras de um determinado proprietário, mas que não era escravo, recebia um salário de 2 siclos de prata ao mês. Esta quantia geralmente era dada não em moedas, mas em espécies. Os trabalhadores livres poderiam receber cerca de 8 siclos de prata ao mês. Mas em época normal de trabalho o salário era reduzido para 3 a 4 siclos de prata ao mês. No entanto, os historiadores afirmam também que este nível salarial existia apenas no território metropolitano do império. Nas satrapias esta quantia, provavelmente, era muito reduzida. E, não nos esqueçamos, de que o povo de Deus fazia parte de uma satrapia denominada Transeufratênia.

Orofino (1998) apresenta uma tabela de preços relativa à época que estudamos: na tabela é possível verificar que o preço de um carneiro era de 3 siclos de prata, e que uma medida com cerca de dez litros de vinho custava em torno de um siclo. Os dados econômicos nos permitem ter uma ideia do consumo de uma pessoa rica, como Neemias – que era o governador –, a partir dos dados de consumo presentes no texto de estudo. O texto nos mostra que a quantia exigida pelo *pão do governador* (Ne 5,14) deveria ser bastante alta. Afinal, em apenas um dia – mas que se repetia todos os dias –, havia na mesa de Neemias e de seus convidados “um boi, seis ovelhas gordas, aves em abundância. De dez em dez dias se renovava com fartura o estoque de toda espécie de vinho” (Ne 5,18). Vemos que os gastos diários chegavam à quantia aproximada de 50 siclos diários ou cerca de 600 gramas de prata. Se somarmos tudo, veremos que, durante seu governo de doze anos, Neemias teria consumido cerca de 2.628kg de prata apenas para manter sua mesa. Fazendo outra conta, teria consumido cerca de 4.300 cabeças de gado e 26.300 ovelhas!

O quadro abaixo retrata de uma forma simples a relação de alimentos que presumidamente fazia parte das estruturas de poder. Em 1Rs 5 estamos diante da monarquia tributarista de Salomão e em Ne 5,18 percebemos a estrutura de poder ao redor do governador Neemias:

<b>1Rs 5</b> = tributo que o palácio recebia diariamente	<b>Ne 5,1-5</b> = o grito que revela o vazio no estômago	<b>Ne 5,18</b> = mesa farta todos os dias para 150 pessoas em meio à violência da fome
13½ toneladas de flor de farinha		1 boi
27 toneladas de farinha comum		6 ovelhas gordas
10 bois de estábulo		Muitas aves
20 bois de pasto		Vinho com fartura
100 carneiros		
Veados, gazelas, antílopes, aves de viveiro.		

Ora, se o texto afirma que existia gente passando fome, também apresenta informações de que, durante este mesmo período, o governador – Neemias – tinha condições de sustentar diariamente cento e cinquenta pessoas (Ne 5,18). Esta comparação mostra a concentração de riquezas na província de Yehud onde, justamente, se encontrava o povo de Deus. Mas seria a mesa farta apenas um privilégio de Neemias ou poderíamos pensar também na fartura das mesas dos

notáveis, dos funcionários, dos sacerdotes e dos oficiais? Convém lembrar que este quadro era ainda agravado pelos impostos cobrados pelo império. Manter o fluxo de tributos devidos ao império era uma das principais missões de um governador persa. O desequilíbrio na distribuição da riqueza forçava as famílias empobrecidas a pedirem empréstimos para sobreviver. Desta forma assumiam contratos dando como garantias suas terras e penhorando os membros da família. O ponto de estrangulamento deste sistema econômico eram as taxas de juros praticadas nesta época.

#### 4. Considerações finais

A palavra “pobreza” aparece mais de 25 vezes na Bíblia Hebraica e jamais como um ideal de ascetismo. Pobreza não é coisa do destino, resultado de uma ordem cósmica, um fenômeno natural e, muito menos, um dado teológico, ou seja, não é vista como consequência de uma transgressão humana.

Segundo documento divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 7 milhões de pessoas convivem com a fome no Brasil. A pesquisa mais recente, publicada em 2014, constatou ainda que, em 2,1 milhões de domicílios, pelo menos uma pessoa passou um dia inteiro sem comer pela falta de dinheiro para comprar comida. Em todo o mundo, 815 milhões de pessoas passam fome. Um dos desafios da humanidade será garantir que, em 2050, com uma população estimada em 10 bilhões de pessoas, todos tenham o que comer, prevê o relatório *The State of Food Security and Nutrition in the World 2017* (o estado da segurança alimentar e nutrição no mundo). A grande maioria das 815 milhões de pessoas que sofrem de insegurança alimentar (489 milhões de pessoas) vive em países afetados por conflitos. Quase 122 milhões de crianças menores de cinco anos, com atrasos de crescimento (75% delas), vivem em situação de conflito. De acordo com o relatório, os países em conflito apresentam em média uma taxa de desnutrição infantil de 9% a mais do que nos outros países. Desde 2010, com o aumento dos conflitos violentos, estabeleceu-se a tendência de aumento no número de desnutridos nestes locais.

Qual a missão da Igreja em meio à fome que se espalha sobre grande parte do mundo?

Ouvimos as vozes dos famintos de hoje ecoando pela história assim como ouvimos os gritos das mulheres pobres no Livro de Neemias e dos escravos no Egito?

#### Referências

BRIANT, P. *From Cyrus to Alexander: a history of the Persian Empire*. Winona Lake: Eisenbrauns, 2002.

CARTER, C.E. *Syria-Palestine in the Persian period in near Eastern archaeology*. Winona Lake: Eisenbrauns, 2003.

GERSTENBERGER, E.S. *Leviticus*. Louisville: John Knox, 1996.

KIPPENBERG, H.G. *Religião e formação de classes na antiga Judeia*. São Paulo: Paulinas, 1988.

LEITH, M.J.W. Israel among the nations: the Persian period. In: COOGAN, M.D. *The Oxford history of the biblical world*. Cambridge: Oxford University, 2002, p. 276-316.

OROFINO, F. *A anistia de Neemias: uma leitura de Ne 5 à luz dos decretos de anistia dos reis mesopotâmicos*. 2000. 289 f. Tese (Doutorado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

*Luis Alexandre Solano Rossi*  
Rua Amintas de Barros, 59, apto. 3 – Centro  
80060-205 Curitiba-PR  
luizalexandrrossi@yahoo.com.br